

1 Contexto operacional

A Cabinda Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade.

Em 1º de junho de 2012, todas as ações da Cabinda (1.333 ações ordinárias e 2.667 ações preferenciais), que eram de propriedade da Palta LLC e GPCP I FIP foram vendidas para a GP Holdings I, LLC.

A Cabinda é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 100% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Cabinda cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e de acordo com a deliberação CVM 676/11 que aprovou o CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e, na medida em que haja disponibilidade de recursos, poderão incluir também os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas.

(c) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

(d) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

(e) Resultado por ação

O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos	1	65
Aplicações financeiras	62	-
	63	65

5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades e, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações financeiras e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 26 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 25).

6 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2015, foi aprovado aumento do capital social, no valor de R\$ 100, mediante a emissão de 100.000 novas ações, sendo 33.333 ações ordinárias e 66.667 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de julho de 2016 foi aprovado o aporte, no montante de R\$ 500 com a emissão de 500.000, sendo 166.667 ações ordinárias e 333.333 ações preferencias Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R\$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social (R\$ 50) e o valor de R\$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital (R\$ 450).

Em 08 de julho de 2016, foi integralizado R\$100 ao patrimônio líquido, sendo R\$50 destinado à conta de capital social e R\$50 à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R\$ 400 foi destinado a conta de reserva de capital a integralizar.

Em 26 de maio de 2017, foi integralizado R\$100 destinado à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R\$300 foi destinado à conta de reserva de capital a integralizar.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é de R\$ 886, dividido em 7.104.000 ações, sendo 2.368.000 ações ordinárias e 4.736.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

(b) Reservas de capital

A reserva de capital foi constituída a partir do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Reserva legal

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude da Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado a essa reserva.

(d) Dividendos

Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social.

7 Despesas gerais e administrativas por natureza

Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Publicações	28	22
Auditoria e consultoria	26	31
Taxas e tributos	<u>55</u>	<u>52</u>
	<u>109</u>	<u>105</u>

8 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza tributária, trabalhista, ou cível que devessem estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

9 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$414. Em função das incertezas quanto à realização dos créditos decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia optou por não registrá-los em seu balanço patrimonial.

10 Gestão de riscos

(a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía depósitos financeiros em instituição financeira nacional de primeira linha cuja exposição a eventual risco de crédito é mínima.

(c) Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

(e) Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição.

11 Outras informações

(a) Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

(b) Transações entre partes relacionadas

A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.